Autoritarismo e democracia no século XXI

Enzo Traverso

15/08/2025

Enzo Traverso atualiza sua análise do pós-fascismo à luz dos eventos dos últimos anos. Refletindo sobre a ascensão da nova direita e a crise global da esquerda, ele oferece um diagnóstico dos desafios contemporâneos e dos perigos que as lutas emancipatórias enfrentam em um mundo cada vez mais complexo.

Ilustrações: El Gordo

Com base em eventos recentes, como o segundo mandato de Trump nos Estados Unidos, a ascensão da extrema direita na Europa e a guinada à direita na América Latina, o autor apresenta uma avaliação crítica da crise global da esquerda e dos perigos que uma ordem mundial cada vez mais fragmentada enfrenta. Traverso não apenas analisa as características da nova direita, mas também os desafios que a esquerda enfrenta para articular uma resposta progressista capaz de se contrapor à crescente hegemonia da reação.

Você escreveu um livro altamente influente, "As Novas Faces do Fascismo", no qual cunhou o termo "pós-fascismo". Vários anos se passaram desde então, e surgiram episódios-chave ligados à ascensão da extrema direita que você não conseguiu abordar na época: o ataque ao Capitólio nos Estados Unidos, a tentativa semelhante de Jair Bolsonaro no Brasil, a vitória de Javier Milei na Argentina, a nova ascensão de Trump e assim por diante. Como você analisa a extrema direita e o conceito de pós-fascismo hoje à luz desses novos eventos?

O livro sobre o qual você fala surgiu de uma entrevista realizada no início de 2016, durante a campanha eleitoral nos EUA, antes mesmo do primeiro mandato de Trump. Depois, houve uma espécie de segunda entrevista, após a eleição, quase dez anos atrás. Como você disse, o contexto mudou significativamente, então surge a pergunta lógica: o que deveria ser alterado em comparação com a edição original do meu livro?

Eu não mudaria o quadro geral. O conceito de pós-fascismo que tentei delinear naquela entrevista continua sendo útil para definir esse fenômeno, embora eu não o considere um fenômeno fechado e definido. Parece-me que continua sendo um fenômeno transitório, cujo resultado final ainda é difícil de compreender ou descrever com precisão. No entanto, não há dúvida de que muitas coisas mudaram, e algumas tendências que já eram identificáveis e analisadas há dez anos estão agora muito mais claras e, poderíamos dizer, consolidadas em escala global. Todos os fenômenos que você menciona confirmam isso, seja falando da

Europa, dos Estados Unidos, da América Latina ou mesmo de outros lugares.

A mutação mais notável, eu diria, não é apenas o fortalecimento da extrema direita, mas sua nova legitimidade. O que mudou em comparação com a análise que fiz há dez anos é que hoje a extrema direita se tornou uma interlocutora legítima — e em muitos casos, privilegiada — para as elites dominantes globalmente. Esso não era o caso há uma década. Naquela época, Trump havia vencido a eleição de surpresa. Todas as pesquisas e analistas presumiam que Hillary Clinton venceria porque ela era a candidata do *establishment*, das elites. Trump, por outro lado, enfrentou muitos obstáculos dentro de seu próprio partido, o Partido Republicano, e quando foi eleito, foi percebido como um *outsider*, alguém que havia vencido de forma completamente inesperada.

Se compararmos 2016 com 2025, naquela época Trump assinou uma única ordem executiva no dia de sua posse. Hoje, ele assinou dezenas. Em 2016, ele não tinha total clareza sobre o que fazer como presidente; hoje, ele tem ideias muito definidas sobre como agir. E, claro, ele não é mais um *outsider*: é o presidente dos Estados Unidos, com um aparato consolidado por trás. Em 2016, Bolsonaro também era um *outsider*, e ninguém poderia sequer imaginar alguém como Milei. Giorgia Meloni era uma figura completamente marginal na política italiana. Durante as eleições presidenciais francesas de 2017, o que surpreendeu todos os observadores foi o debate televisionado entre Emmanuel Macron e Marine Le Pen. Naquela época, ela parecia claramente não confiável: quando perguntada sobre o que faria com a União Europeia ou o euro, ela não conseguia responder de forma clara ou convincente.

Em suma, a extrema direita não era vista como uma opção viável pelas elites. Pelo contrário: era vista com grande desconfiança, tanto nos Estados Unidos quanto na Europa, e também na América Latina. Mesmo Bolsonaro não venceu como candidato direto do grande capital brasileiro. Ele tinha apoio dentro do Exército e de alguns setores econômicos, sim, mas o candidato vencedor ainda era o do Partido dos Trabalhadores (PT), que na época parecia ser uma opção muito mais forte. Em 2017, na Europa, aconteceu algo que foi vivenciado como um trauma: a entrada do *Alternative für Deutschland* no parlamento alemão marcou uma virada. Pouco depois, o Vox surgiu na Espanha. E o cenário mudou significativamente.

Ora, esse processo não foi linear. Após a vitória de Trump e Bolsonaro, ambos perderam as eleições quatro anos depois. No meio tempo, veio a pandemia e a crise econômica global que ela trouxe. No meu livro, levantei uma hipótese nesse sentido: o que aconteceria se ocorresse uma crise internacional? Argumentei que uma crise dessa magnitude poderia transformar o pós-fascismo em uma nova forma de fascismo. Mas não foi isso que aconteceu. A crise, em vez de fortalecer a extrema direita, a enfraqueceu, porque ficou claro que ela era incapaz de enfrentar desafios dessa magnitude.

Eu falava então de uma dupla mudança. Por um lado, uma mudança potencialmente autoritária, com a implementação de leis extraordinárias, um estado de emergência, que põe em causa as liberdades individuais e coletivas, bem como os espaços de ação pública. Nessa perspetiva, a direita radical é a candidata ideal para gerir esta mudança autoritária. Mas, por outro lado, a pandemia também produziu uma mudança biopolítica, com uma forte intervenção estatal destinada a proteger os cidadãos fisicamente definidos como corpos, a proteger as populações. Nesta arena, a extrema direita fracassou em todos os países. Foi um momento de retrocesso e, em larga medida, perderam as eleições seguintes.

Então veio uma nova onda, a que enfrentamos agora. Por isso, insisto: não se trata de um processo linear, mas a tendência geral é bastante clara. Isso não significa que estejamos diante de um novo fascismo com perfil bem definido e características claras. Acredito que ainda se trata de uma constelação muito heterogênea que busca formas de convergência. E embora hoje essa nova aliança entre o pós-fascismo e as elites globais seja inegável, ela ainda é marcada por tensões e contradições. Não podemos ainda falar de um novo bloco histórico, no sentido gramsciano do termo. Trata-se mais de uma convergência baseada em interesses comuns do que da constituição de um bloco.

Com a ascensão da nova direita radical, o debate sobre o fascismo voltou com força, um debate que tende a se polarizar entre aqueles que defendem que, se é fascismo, deve implicar uma mudança de

regime político — com elementos como o partido único ou o Estado corporativo, como ocorreu na década de 1930 — e aqueles que argumentam que, se a validade formal da democracia liberal for mantida, ela seria simplesmente uma nova versão da direita tradicional, com uma idiossincrasia diferente.

A questão é se essa polarização não é equivocada. Ou seja, se os fenômenos autoritários atuais não se assemelham mais ao que a Hungria de Viktor Orbán representa: um regime autoritário que se desenvolve no contexto da democracia liberal, mantendo ao menos suas formas externas. Gostaríamos de saber sua opinião sobre esse debate e, em particular, como você definiria o modelo Orbán, que pode ser pensado como uma espécie de utopia política para a nova extrema direita, em contraste tanto com o fascismo histórico quanto com a direita convencional.

Sim, esta é uma característica central da nova extrema direita, que, como muitos outros observadores, eu já havia apontado dez anos atrás. O fascismo clássico estabeleceu uma dicotomia radical entre fascismo e democracia: definiu-se explicitamente como antidemocrático. Isso não foi apenas teorizado por seus ideólogos, mas também orgulhosamente reivindicado por seus carismáticos líderes. Basta lembrar a famosa definição de Mussolini, que descreveu a democracia como um *ludus cartaceus*, um simples "jogo de papel". O fascismo ostentava seu desprezo pela democracia. Hoje, porém, todos os movimentos e líderes que chamo de pós-fascistas adotam uma retórica democrática. Todos afirmam pertencer à estrutura da democracia liberal e até se apresentam como seus melhores defensores. Essa retórica tem sido fundamental para sua legitimação perante o público.

Marine Le Pen, por exemplo, não só mudou o nome do seu partido e rompeu com o pai, como também afirmou explicitamente seu compromisso com as instituições da Quinta República e com os valores democráticos. A Itália é outro caso revelador. Giorgia Meloni lidera um partido com raízes claramente fascistas. Até há poucos anos, ela se orgulhava dessa herança. Mas, desde que chegou ao poder, abandonou qualquer apologia ao fascismo. Não se declara antifascista, é claro, mas insiste constantemente na sua natureza "democrática" e na sua adesão ao quadro institucional vigente.

Nos Estados Unidos, o paradoxo atinge o seu extremo: o ataque ao Capitólio em janeiro de 2021 foi realizado *em nome da democracia*. Os manifestantes alegaram defender uma democracia que lhes havia sido "roubada" pelos democratas. Em outras palavras, eles se apresentaram como *verdadeiros democratas*.

Esta é uma transformação fundamental: a relação da nova direita radical com a democracia é completamente diferente daquela do fascismo histórico. Como você corretamente aponta em sua pergunta, hoje a fronteira entre democracia e fascismo não é mais tão clara. O fascismo do século XXI não busca abolir as formas democráticas, mas sim intervir de dentro, erodi-las e transformá-las a partir de dentro. Essa maneira de borrar as fronteiras entre fascismo e democracia cria uma certa obsolescência de antigas categorias analíticas como as de Poulantzas, às quais retornarei mais adiante.

No entanto, devemos também considerar outra diferença histórica que ajuda a explicar essa mutação. No período entreguerras, a democracia era uma conquista recente, uma conquista histórica das classes subalternas, um produto — ou subproduto — da Revolução de Outubro e da onda revolucionária que se seguiu ao colapso da ordem liberal do século XIX após a Primeira Guerra Mundial. Foi um período de crise brutal, mas também de importantes avanços democráticos: o sufrágio universal masculino consolidou-se em muitos países, em alguns as mulheres conquistaram o direito ao voto, o espaço público transformou-se, surgiram novas formas de participação popular… Nesse contexto, o fascismo emergiu claramente como inimigo da democracia. Foi o caso na Itália a partir da década de 1920, na Alemanha com a repentina destruição da República de Weimar em 1933, e na Guerra Civil Espanhola, que foi um confronto direto entre fascismo e democracia.

Hoje, porém, o contexto é completamente diferente. A democracia não aparece mais como uma conquista a ser defendida, mas sim como uma casca vazia. Em grande parte do mundo ocidental — e poderíamos dizer, em escala global — a democracia é percebida como uma casca formal, profundamente corroída pelos

processos de reificação comercial do espaço público, pelo esvaziamento das instituições, por uma transformação estrutural da relação entre economia e política. Ninguém mais pensa na democracia como uma promessa emancipatória. Nos Estados Unidos, Elon Musk apoiou a campanha eleitoral de Donald Trump, doando-lhe US$ 270 milhões, e depois se juntou ao seu governo, assumindo cargos cruciais. Em tal contexto, ninguém pode definir a democracia como garantia de igualdade, liberdade e justiça.

Mas, além do caso dos Estados Unidos, é muito raro que o fascismo seja discutido como uma ameaça real. E mesmo nos Estados Unidos, o debate sobre o "fascismo de Trump" se limita em grande parte às elites liberais. Joe Biden e Kamala Harris, por exemplo, o chamaram de fascista durante a campanha, e há discussões sobre o tema em veículos de comunicação como o *New York Times*. Mas mesmo lá, Trump é frequentemente retratado como um corpo estranho, como uma anomalia que caiu sobre a democracia estadunidense, o paradigma das democracias ocidentais. Em outras palavras, ele não é concebido como o que realmente é: um produto genuíno da sociedade estadunidense e também de seu sistema democrático.

E para grande parte das classes populares, das classes trabalhadoras, a defesa da democracia é a última coisa na lista de preocupações. Por que considerariam Trump uma ameaça à democracia e Biden seu salvador? Essa oposição não faz sentido para eles. É claro que há um certo grau de cegueira nisso — Trump é uma ameaça —, mas o problema é mais profundo: não se pode defender a democracia identificando-a com o que existe hoje. A questão é qual democracia queremos defender, qual democracia queremos construir.

Porque se a democracia se resume a essas instituições esvaziadas, será muito difícil mobilizar um grande movimento antifascista para defendê-las, especialmente quando aqueles que as atacam também se apresentam como democratas e dizem – com alguma justificativa – que essas instituições não funcionam. O que há para defender? Esse é o problema.

Você destacou que uma das características distintivas dessa nova extrema direita é seu crescente apoio entre as elites. No caso de Trump, isso parece especialmente evidente: ele agora tem um controle muito mais forte sobre o Partido Republicano do que em 2016, tem o apoio de ambas as casas do Congresso, a Suprema Corte está alinhada com sua agenda e grande parte da classe dominante agora parece muito mais alinhada a ele. O que podemos esperar deste segundo mandato, tanto no cenário nacional quanto internacional?

Essa é uma pergunta que muitos se fazem hoje, mas não há uma resposta fácil. E, em parte, isso já marca uma diferença importante em relação ao fascismo clássico. O fascismo histórico tinha um projeto claro: um regime político definido, uma estratégia de poder, uma concepção de ordem interna e internacional. O fascismo italiano, por exemplo, aspirava a transformar o Mediterrâneo em seu *mare nostrum*, seu espaço vital. O fascismo alemão visava controlar a Europa continental e, em particular, a conquista imperial e militar da Europa Oriental. Na Espanha, Franco visava "esmagar os vermelhos" e estabelecer uma ditadura nacional-católica. Em outras palavras, havia uma ideia bastante coerente de regime e mundo.

Com Trump, as coisas não são tão claras. As mensagens que ele envia são frequentemente contraditórias, e é difícil distinguir entre pura demagogia e o que poderia ser entendido como uma genuína orientação estratégica. Ele diz, por exemplo, que vai fincar a bandeira estadunidense em Marte, que seria bom anexar a Groenlândia, ou mesmo que o Canadá deveria ser mais um estado dos EUA. É verdade: por trás disso está um projeto geopolítico que visa consolidar a influência continental dos Estados Unidos, no âmbito de uma redefinição de seus laços com a China e um relativo recuo em outras áreas. Trata-se de uma ambição hegemônica que assume características imperiais, mas que, paradoxalmente, é produto de um enfraquecimento: os Estados Unidos desistiram da aspiração de dominar o mundo, como a idealizaram após o fim da Guerra Fria e a queda da União Soviética.

Mas estas são especulações, pois não há um projeto claramente definido. As linhas estratégicas da direita neoconservadora de Bush, quase 25 anos atrás, após o 11 de setembro de 2001, eram mais claras. Alguns ideólogos e estrategistas, como Robert Kagan, as definiram com precisão. Por trás de Trump, encontra-se uma constelação bastante contraditória de fascistas clássicos como Steve Bannon e neoliberais radicais como

Elon Musk, ambos os quais se odeiam. Analistas têm dificuldade em compreender a coerência das medidas de Trump em relação ao comércio internacional.

Mesmo quando Trump fala em termos mais clássicos — como quando diz "*Make America Great Again*" — o conteúdo dessa grandeza é ambíguo. Ele parece se referir à restauração do papel dos Estados Unidos como superpotência global, mas ao mesmo tempo evita se comprometer com uma política de confronto direto, por exemplo, com a China. Na verdade, ele busca um acordo com a China, e o mesmo com a Rússia, que é aliada da China, mas muito mais fraca. Trump diz que uma superpotência deve ser capaz de convencer, mas também de criar conflitos. E é aí que entram suas posições sobre a Ucrânia, onde propõe virar a página, ou sobre o Oriente Médio, onde sua aliança com Israel é evidente, mas ele não parece necessariamente inclinado a continuar a guerra indefinidamente. O objetivo final — em termos de seu setor político — é provavelmente a colonização completa de Gaza e da Cisjordânia, mas não tenho certeza se a estratégia de Trump é prolongar o genocídio em Gaza para alcançar esse resultado.

O que vemos, então, é um conjunto de tendências, mas sem uma forte coerência programática. E isso também faz parte do contexto internacional atual. Se quisermos buscar analogias com o período entreguerras, uma das mais claras reside não tanto na política interna, mas na situação global: a ausência de uma ordem internacional estável, em alguns casos sistêmica, e a competição entre potências em declínio e emergentes. Nesse cenário, é difícil traçar linhas claras, tanto para os Estados Unidos quanto para qualquer outro ator. É por isso que não acredito que Trump hoje tenha ideias tão claras e coerentes quanto Hitler em 1933. Entre 1933 e 1941, a política nazista seguiu uma linha bastante direta. No caso de Trump, não vejo essa coerência nem as condições para que ele implemente um projeto estratégico de longo prazo.

Você mencionou, como uma possível analogia com as décadas de 1920 e 1930, o fato de que não estamos enfrentando uma mera crise econômica ou política, mas sim uma convulsão mais profunda, uma espécie de crise estrutural de longo prazo. Naquela época, tratava-se do colapso da ordem liberal do século XIX; nesse contexto, a ascensão do fascismo também parecia ligada ao declínio de certas potências, como a Alemanha após a Primeira Guerra Mundial. Você acha que essa conexão também pode ser estabelecida no presente? Em outras palavras, o que estamos vendo hoje, com a ascensão da nova extrema direita, poderia estar relacionado a um processo mais amplo de declínio ocidental diante da ascensão da Ásia, e especialmente da China? Você acha que essa disputa geopolítica é uma motivação importante — embora talvez indireta — para a ascensão desses movimentos de direita?

Não, não creio que se possa falar de analogia nesse sentido. Comparações podem ser feitas, mas existem diferenças fundamentais. No período entreguerras, diante do colapso da ordem liberal do século XIX — capitalismo *laissez-faire*, Estados modernizados de "antigo regime persistente" (segundo Arno J. Mayer), instituições representativas, mas dificilmente democráticas —, surgiram dois modelos alternativos que eram, em si mesmos, projetos de civilização. De um lado, o socialismo, com uma utopia de emancipação, igualdade e revolução; de outro, o fascismo, com sua exaltação da nação, da raça e da dominação. Ambos eram visões do futuro, modelos abrangentes de sociedade que prometiam transformar radicalmente a vida das pessoas.

Hoje, não vejo nada comparável na nova direita. Não há horizonte utópico, nenhum projeto de civilização em si. É por isso que considero o conceito de "pós-fascismo" útil, porque esses movimentos radicais de direita são profundamente conservadores. Seu impulso não é para a frente, mas para trás: o que buscam é restaurar uma ordem tradicional. Os valores que defendem — soberania, família, nação — formam uma espécie de fio condutor que os conecta.

Trump, por exemplo, afirma que nos Estados Unidos existem apenas homens e mulheres, nega a existência de outras identidades de gênero e apresenta a comunidade LGBTQ+ como uma ameaça. É uma ofensiva reacionária contra qualquer coisa que represente diversidade ou direitos duramente conquistados. Esse retorno à tradição também é evidente em sua hostilidade ao ambientalismo, sua rejeição a qualquer agenda global sobre mudanças climáticas e seu compromisso com a produção nacional em detrimento de acordos internacionais. "*Make America Great Again*" (Tornar a América Grande Novamente) é um slogan que fortalece uma certa imaginação em relação ao futuro, mas é uma imaginação regressiva: retornar a uma época

em que os Estados Unidos eram fortes, prósperos e dominantes. Esta não é uma proposta nova, mas sim uma idealização do passado.

Em alguns casos, como a Argentina de Javier Milei, pode parecer que se trata de uma tentativa de construir um novo modelo civilizacional. Milei se apresenta como o arquiteto de uma nova sociedade inspirada pelo neoliberalismo extremo. Mas mesmo aí, esse projeto não é realmente novo. Se lermos seus discursos e posicionamentos — falo como observador externo, esclareço, sem conhecimento íntimo da situação argentina —, há uma clara correspondência com as ideias de Hayek. Não tanto com *O Caminho da Servidão*, o texto mais conhecido, mas com *Direito, Legislação e Liberdade* , onde Hayek descreve uma sociedade completamente governada pelo mercado. Esse é o modelo que parece inspirar Milei: um neoliberalismo autoritário (ou um pós-fascismo neoliberal, se preferir; pode ser chamado por outros nomes).

A novidade, se é que há alguma novidade, é que o Estado agora tenta levar esse modelo às últimas consequências. No passado, o neoliberalismo também foi influente, liderado por Margaret Thatcher no Reino Unido, Ronald Reagan nos Estados Unidos e Augusto Pinochet no Chile. Mas, nesses casos, o objetivo era desmantelar as conquistas do Estado de bem-estar social — o New Deal, o modelo keynesiano do pós-guerra —, e não estabelecer uma sociedade de mercado "pura" do zero. Além disso, frequentemente o faziam a partir de Estados ainda muito fortes, como no caso do Chile, onde a ditadura de Pinochet era um aparato hipercentralizado nascido de uma contrarrevolução.

O que Milei pretende agora é outra coisa: fazer do modelo neoliberal o núcleo de uma nova civilização. Mas, insisto, não se trata de um novo projeto. Não é o "novo homem" do fascismo clássico. É uma versão radicalizada de um modelo antropológico que já domina o mundo global: individualismo, competição, mercado. Para usar as palavras de Weber, não rompe com uma certa *Lebensführung*, uma "conduta de vida" que é o modelo antropológico do neoliberalismo. Milei não inventou esse *ethos*. O que ele faz é levá-lo ao extremo e fingir que uma nova sociedade surgirá dele. Mas é uma intensificação do que já existe, não uma alternativa histórica. E isso, me parece, deve ser levado em conta. Esse projeto, certamente, é profundamente antidemocrático e tem características autoritárias, mas é o oposto de um fortalecimento do Estado, como pensava Poulantzas na década de 1970. O pós-fascismo não é estatista como o fascismo histórico. Trump está desmantelando o Estado estadunidense, e isso faz uma grande diferença.

Na *Jacobin,* temos trabalhado em uma hipótese sobre a conjuntura internacional, que desenvolvemos na edição anterior e que gostaríamos de compartilhar com você para que dê sua opinião. Nossa ideia é que, em algum momento da última década — embora seja um processo difícil de datar com precisão —, ocorreu uma mudança global no ciclo político. Se tivéssemos que escolher uma data simbólica, seria entre 2015 e 2016, quando ocorreu uma série de eventos altamente significativos: a derrota ou capitulação do Syriza na Grécia, com forte impacto na esquerda global, e, paralelamente, o triunfo de Trump nos Estados Unidos e o Brexit no Reino Unido. Este é também o momento em que se inicia a crise do progressismo latino-americano, marcada pela vitória da direita na Argentina e pelo golpe parlamentar contra Dilma Rousseff no Brasil.

A sensação é que, a partir daquele momento, a direção política do descontentamento gerado pela crise de 2008 se inverteu. Até então, a esquerda tinha certa capacidade de canalizar esse descontentamento: os indignados na Europa, as greves gerais na Grécia, o ciclo progressista na América Latina, a Primavera Árabe… Mas, a partir daí, o que vemos é o contrário, o fracasso, a estagnação ou a derrota desses processos: o progressismo latino-americano entra em crise, a esquerda europeia sofre um golpe duríssimo, a Primavera Árabe se torna uma catástrofe e a esquerda anglo-saxônica também estagna.

A ideia, então, é que o que ocorreu naquele momento foi uma mudança global: a esquerda passou à defensiva em quase todos os lugares, e a extrema direita passou à ofensiva. Você concorda?

É uma hipótese muito interessante, com a qual concordo em grande parte. Talvez eu acrescentasse uma nuance. É verdade que estamos passando por uma nova onda — eu falava antes sobre uma inflexão que ocorreu em torno da pandemia —, mas uma das condições para essa nova ascensão da direita é justamente a

crise da esquerda em escala global. Todos os elementos que você mencionou são importantes.

Eu diria ainda mais: a paralisia e a derrota das revoluções árabes são um momento-chave, e o que acontece em Gaza hoje é também uma de suas consequências mais trágicas.

Soma-se a isso a crise do modelo de resistência que emergiu na América Latina na década de 1990. Não era um modelo novo, mas havia um continente que representava uma forma de resistência à ofensiva neoliberal. Hoje, os atores dessa resistência estão em crise ou completamente deslegitimados, e isso tem profundas consequências políticas. Não vou me deter em casos como Venezuela ou Bolívia, mas poderíamos também mencionar a derrota na Argentina sob Milei, ou o fato de que no Brasil — o país mais importante da região — a esquerda não consegue propor outra figura além de Lula. Isso também é um reflexo dessa crise.

Na Europa, como você disse, houve importantes tentativas de recompor a esquerda com o objetivo de testar um novo modelo, e Syriza e Podemos foram os protagonistas desse ciclo. As expectativas que geraram foram enormes… e, infelizmente, o impacto do seu fracasso também. Nos Estados Unidos, a situação é diferente. Não houve uma derrota tão retumbante, mas a relação simbiótica — e ambígua — entre a esquerda e o Partido Democrata cria enormes obstáculos ao progresso.

Portanto, sim, a emergência do pós-fascismo repousa sobre essa crise política e estratégica da esquerda. Mas não é só isso. Essa crise faz parte de um processo muito mais longo, uma sequência de derrotas históricas acumuladas. Se tivermos uma visão de longo prazo, estamos vivenciando as consequências do fechamento de um ciclo histórico, o das revoluções do século XX. São derrotas de longo prazo, cujos efeitos continuam a condicionar o nosso presente. Os reveses de 2015 e 2016 pertencem a uma conjuntura particular, mas, ao mesmo tempo, fazem parte de uma tendência estrutural, que é a de uma derrota histórica da qual a esquerda — em escala global — não conseguiu emergir com novos modelos.

Pensar em reconstrução não é fácil, nem um pouco. Mas fiquei profundamente impressionado com uma declaração recente de Bernie Sanders, na qual ele alertou: “Cuidado, não devemos nos subordinar à agenda de Trump”. Há uma tendência da esquerda a responder a todos os pontos do discurso da extrema direita, mas dentro da estrutura que essa mesma direita impõe. E Sanders então alerta que “precisamos falar sobre o que Trump não está dizendo”. Essa deveria ser a agenda da esquerda: uma agenda social que está completamente ausente do discurso dominante hoje.

Ora, não acredito que a esquerda atual possa ser reconstruída apenas pelo antifascismo, como ocorreu na década de 1930. Primeiro, porque a democracia não pode ser defendida da mesma forma hoje. E, segundo, porque a luta antifascista deve ser articulada com outras dimensões fundamentais: as questões sociais, econômicas e ambientais, e o confronto com um modelo neoliberal de sociedade que se proclama civilizatório. Essa abordagem articulada é essencial.

Além disso, o mundo global não é mais o que era na primeira metade do século XX. O fascismo clássico tinha sua história, mas o antifascismo da época não era um discurso universal. Faltava-lhe legitimidade fora do Ocidente. Sua conexão com o colonialismo, o fato de a democracia estar restrita ao mundo ocidental… tudo isso o limitava. Algo semelhante acontece hoje.

Enzo Traverso *leciona na Universidade de Cornell. Seu livro mais recente é Left-Wing Melancholia: Marxism, History, and Memory.*

Martín Mosquera *é editor da Jacobin Lat*

Tradução Pedro Silva

Via Jacobin Brasil

Compartilhe nas redes: